

## TRABALHO DOMÉSTICO: MOSAICO DA INTERSECCIONALIDADE EM *CARTAS A UMA NEGRA*

Waldimiro Maximino Tavares César<sup>1</sup>

Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Manaus, AM, Brasil

Elis Regina Fernandes Alves<sup>2</sup>

Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Humaitá, AM, Brasil

**Resumo:** Este artigo busca analisar *Cartas a Uma Negra* (1978), de autoria da martinicana Françoise Ega, que consiste na identificação entre histórias de vida e interlocução epistolar idealizada com a escritora brasileira Carolina Maria de Jesus (*Quarto de Despejo: diário de uma favelada*). Parte-se da definição estrutural de interseccionalidade como referência para investigação e reflexões sobre o trabalho doméstico como instrumento de relações de poder, inferiorização e dominação de trabalhadoras domésticas antilhanas negras, na França da década de 1960. Os resultados obtidos consistem na constatação da similaridade do peso dos processos discriminatórios e excludentes que afligem a mulher negra em diferentes partes do mundo. A construção desta pesquisa foi efetuada por meio de pesquisa e revisão bibliográfica cuja finalidade, por meio da crítica literária feminista, foi a de aplicar a obra de autoras dedicadas aos estudos interseccionais, como Akotirene (2019), Collins e Bilge (2020), Crenshaw (1989) e Davis (2016), entre outras.

**Palavras-chave:** Cartas a Uma Negra; Trabalho Doméstico; Relações de Poder; Interseccionalidade; Françoise Ega.

**Title:** HOUSEHOLD WORK: INTERSECTIONALITY MOSAIC IN *CARTAS A UMA NEGRA*

**Abstract:** This article claims to analyze *Cartas a Uma Negra* (1978), written by the Martinican Françoise Ega, which consists of the identification between life stories and epistolary dialogue idealized with the Brazilian writer Carolina Maria de Jesus (*Quarto de Despejo*), starting from the structural definition of intersectionality as a reference for investigation and reflections on domestic work as an instrument of

---

<sup>1</sup> Mestrando em Letras/Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor de Língua Portuguesa e Literaturas Portuguesa e Brasileira do Ensino Fundamental e Médio da Secretaria de Educação e Desporto do Estado do Amazonas (SEDUC-AM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2795-9719>. E-mail: [waldimiro.cesar@prof.am.gov.br](mailto:waldimiro.cesar@prof.am.gov.br).

<sup>2</sup> Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora Doutora adjunta da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no curso de Letras - Língua e Literaturas Portuguesa e Inglesa no IEAA - Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente da cidade de Humaitá - AM, Humaitá, Amazonas, Brasil. Atua, principalmente, em temáticas voltadas à crítica literária feminista, feminismo negro, interseccionalidade, feminismo decolonial, memória e pós-colonialismo. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2795-8062>. E-mail: [elisregi@ufam.edu.br](mailto:elisregi@ufam.edu.br).

power relations, inferiorization and domination of black Antillean domestic workers, in France in the 1960s. The results obtained consist of the observation of the weight's similarity of the discriminatory and exclusionary processes that afflict black women in different parts of the world. The construction of this research was carried out through research and bibliographical review whose purpose, through feminist literary criticism, applying in this study the work of authors dedicated to intersectional studies, such as, among others, Akotirene (2019), Collins and Bilge (2020), Crenshaw (2019) and Davis (2016).

**Keywords:** Cartas a Uma Negra; Household work; Power relationships; Intersectionality; Françoise Ega.

## Introdução

Ao longo da história da humanidade, o trabalho tem operado como um dos campos mais proeminentes, em nível de influência, da organização da vida humana em sociedade, sendo constituído não somente pelo modo com o qual o homem fornece mão de obra remunerada para sua subsistência, mas também como um meio de controle estrutural da formação social. Na esfera da atividade laboral como instrumento de opressão que desencadeia processos discriminatórios que atingem pessoas já vítimas de diversos outros elementos excludentes dos direitos à vez, à voz e até mesmo à existência, é urgente que se coloque em evidência para debate o trabalho doméstico feminino, já que este foi sedimentado em alicerces coloniais, com origem escravocrata, que dão continuidade aos elementos extremamente abusivos que compõem as relações patrão-empregado, as quais exploram, de diversas maneiras, a mulher que atua nesse segmento (em particular, a mulher negra). Mesmo que, na atualidade, sejam notadas ações humanitárias e políticas voltadas à diminuição de alguns indicadores da vulnerabilidade desse grupo<sup>3</sup>, essa questão ainda se mostra como uma categoria deveras preocupante, no que tange às mulheres negras e pobres, como também àquelas que, na busca por melhores condições de sobrevivência longe de sua terra natal, encontram-se em situação migratória ou diaspórica.

Em nível de opressão, de quadros abusivos e de exclusão social efetivada por meio do trabalho, quando este é utilizado como viés de privação de dignidade e direitos, é notório que as trabalhadoras domésticas (especialmente as mulheres negras) são comumente atreladas a indicadores raciais, de classe e de gênero. A partir desse ponto de análise, constata-se que o trabalho feminino negro é rotineiramente associado a tarefas domésticas informais, pouco valorizadas, que são vistas, em certas sociedades, como inferiores, indignas de serem exercidas por mulheres brancas. No imaginário ocidental, eurocêntrico, encontra-se ainda cristalizado um estereótipo que liga a mulher negra a funções subalternas. Essa representação de subjugação é naturalizada psicossocialmente, o que torna comum, ainda nos dias de hoje, ver essas mulheres desempenhando atividades domésticas dos mais

---

<sup>3</sup> No Brasil, existem medidas de proteção contra o trabalho doméstico análogo à escravidão, como também de erradicação do trabalho escravo em si: o artigo 1º, incisos I, III e IV, art. 4º, inciso II, art. 5º, incisos III, X, XV e LXVII e art. 7º, inciso X, da Constituição de 1988.

variados graus de dificuldade e exaustão, com poucos ou nenhum direito que lhes garanta o mínimo de humanidade, já que essas atribuições continuam sendo social e historicamente arraigadas à “naturalização de relações de autoridade e subordinação, que são apresentadas como se fossem fundadas na Biologia e/ou justificadas racialmente” (Biroli, 2018, p. 42).

Por essa razão, a busca pela compreensão da forma como esses protótipos de segregação e abusividade são construídos e perpetuados dentro da sociedade é o primeiro passo para que seja possível traçar meios de discutir, em âmbito acadêmico e social, essas pautas e caminhar rumo à extinção, ainda que gradual, dos processos congruentes de exploração, marginalização e desumanização que têm, como alvo de longa data, a mulher negra.

Sob a perspectiva do entrelaçamento de elementos que geram quadros sociais de exploração, violência (real ou simbólica) em diversas esferas e exclusão socioeconômica atuantes no trabalho doméstico feminino negro, em especial de imigrantes caribenhas na França da década de 1960, ilustrados de forma precisa e pungente pela autora martinicana Françoise Ega em *Cartas a Uma Negra* (2021 [1978]), objeto de análise e interpretação deste trabalho, o ponto de foco investigativo partirá da definição de interseccionalidade, termo cunhado em 1989 pela escritora e advogada estadunidense Kimberlé Crenshaw<sup>4</sup>, que trata da especificidade que engloba, em nível de definição e investigação epistemológica, os aspectos interligados, como gênero, raça e classe, que colaboram incisivamente na formação e continuidade dos aparelhos que geram discriminação, marginalização e banimento social dos quais as mulheres negras têm sido vítimas durante o andamento sócio-histórico do tempo.

Os procedimentos metodológicos que atuarão como alicerce na elaboração e concretização desta pesquisa serão organizados de acordo com a seguinte sequência: pesquisa, análise e revisão bibliográfica concernentes ao tema em estudo e considerações sobre os fatores entrelaçados que permeiam e sedimentam os processos exploratórios e excludentes que integram o trabalho doméstico de imigrantes negras, de origem antilhana, retratados em *Cartas a Uma Negra*, de Françoise Ega, sob a perspectiva feminista negra da qual é oriundo o conceito de interseccionalidade aqui utilizado. Como elementos basais de estudo, a construção estrutural teórica será ancorada em obras de autores que discorrem sobre o discurso epistolar, pretendo destinatário e/ou leitor alvo, como Eco (1971), Foucault (2006) e Iser (1979), bem como (e principalmente) na crítica literária feminista, por meio da obra de autoras ligadas ao estudo da interseccionalidade, como Akotirene (2019), Collins e Bilge (2020), Crenshaw (2019) e Davis (2016), entre outras.

## O lugar da carta na literatura

A obra *Cartas a Uma negra*, de autoria da ativista martinicana Françoise Ega (1920-

---

<sup>4</sup> A obra de Crenshaw que estabeleceu o termo *Interseccionalidade* como vertente teórica, *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*, foi lançada originalmente em 1989.

1976), publicada originalmente em 1978, foi a primeira, entre as escritas por ela, que contou com tradução para o Português, sendo lançada no Brasil em 2021. Sua base de construção narrativa (autodiegética) e tipologia textual residem no gênero epistolar, pois o livro reúne um conjunto de cartas, datadas do período que se estende entre maio de 1962 e junho de 1964, cuja intenção era encontrar, na autora brasileira Carolina Maria de Jesus, sua destinatária.

Devido à identificação de muitos aspectos confluentes entre as histórias de vida de ambas as autoras, particularmente os relativos à dureza da sobrevivência e ao silenciamento de suas vozes, atrelados às feridas causadas pelas dificuldades e sofrimentos cotidianos originados das barreiras cuja atuação dá-se de forma profunda no delineamento identitário das autoras, surgiu, em Françoise Ega, a necessidade de escrever sobre a similaridade entre o cenário desumanizador que diariamente vivenciava e o cenário de Carolina Maria de Jesus, assim como de expressar seus anseios em fazer de sua voz um instrumento literário. O quadro que fornece a representação da vida de Françoise Ega, mulher, negra, moradora de uma comunidade periférica de Marselha (França) e vítima de uma exploradora e exaustiva atividade laboral doméstica, possibilitou, através de reflexões que originaram a expressão de suas dores, dissabores e esperanças, a identificação projetiva e a probabilidade da idealização de uma conversa por meio de missivas com a autora de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960).

Nesse contexto, o papel da epístola, gênero textual escolhido pela autora antilhana, não só se mostra fundamental para a solidificação da expressão de si para o outro por meio de sua escrita, mas também providencial no que concerne à sua utilização como categorização literária da narrativa que une elementos de cunho íntimo com questões de caráter social e antropológico, como é o caso da obra em análise. Quanto ao objetivo da carta como meio expressivo da identidade de quem a redige ao destinatário, Foucault (2006) destaca:

Ela [a carta] é alguma coisa mais do que um adestramento de si mesmo pela escrita, através dos conselhos e advertência dados ao outro: constitui, também, certa maneira de se manifestar para si mesmo e para os outros. A carta torna o escritor “presente” para aquele a quem ele a envia. E presente não simplesmente pelas informações que ele lhe dá sobre sua vida, suas atividades, seus sucessos e fracassos, suas venturas e desventuras; presente como uma espécie de presença imediata e quase física [...]. Escrever é, portanto, “mostrar-se”, se expor, fazer aparecer o seu próprio rosto perto do outro. E isso significa que a carta é, ao mesmo tempo, um olhar que se lança sobre o destinatário (pela missiva que ele recebe, se sente olhado) e uma maneira de se oferecer ao seu olhar através do que lhe é dito sobre si mesmo. A carta prepara, de certa forma, um face-a-face (Foucault, 2006, p. 155-156).

Ainda partindo das conjecturas de Foucault contidas em *A Escrita de si*, na seção “Correspondência”, as quais tomaram como base as missivas de Sêneca remetidas a Lucílio, o afunilamento dos estudos sobre o gênero epistolar torna-se viável por meio da utilização do aporte teórico produzido pelo autor Marcos Antonio de Moraes (2008), que, por sua vez,

elege, como ponto basal, a crônica *A quem pertence uma carta*, de Phillipe Lejeune, do livro *Pour l'Autobiographie* (1998). Neste livro, é destacada a atenção com a qual aquele texto lida com “a complexa natureza das mensagens epistolares: a carta, por definição, é uma partilha. Tem diversas faces: é um objeto (que se troca), um ato (que coloca em cena o ‘eu’, o ‘ele’ e os outros), um texto (que se pode publicar...)” (Moraes, 2008, p. 8). O autor enfatiza, ainda, que “cada uma dessas perspectivas (carta/objeto; carta/ato; carta/texto) orbita uma constelação de assuntos, significados e indagações” (Moraes, 2008, p. 9).

Quanto aos estudos acerca da carta enquanto gênero literário, devido a uma limitada compreensão por parte do cânone literário, sua tipologia é delimitada como pertencente apenas à colocação restrita do âmbito privado, por conta de sua natureza intimista (alegação que torna sua franqueza, na opinião de parte da crítica literária, questionável), obtendo relativa atenção ou destaque apenas quando, na esfera histórica, descreve algum fato cujo impacto compreende questões de natureza social. Ainda assim, mesmo quando seu conteúdo pertence ao campo do particular, a carta é dotada de aspectos estilísticos e temáticos que lhe asseguram lugar entre os gêneros que categorizam a literatura, mesmo não gozando ainda do direito a uma investigação pontualmente apropriada na seara do estudo literário, com instrumentos teóricos especificamente voltados à questão, que examinem mais especificamente a riqueza e a multiplicidade desse campo literário e sociolinguístico onde a epístola encontra-se visivelmente inserida. Como alvo de investigação literária da descrição expressiva de si, Benoit afirma:

A carta é a expressão escrita de um “eu” não metafórico (quem assina corresponde ao sujeito enunciativo) que se dirige a um destinatário também não metafórico, tendo esta dupla restrição à finalidade de eliminar desta nossa análise a ficção epistolar. Forma de comunicação e de troca, o texto epistolar une, num projeto comum, duas instâncias (destinador e destinatário) postulando-se o conceito de reciprocidade. Nascido de uma ausência conotada negativamente, o texto epistolar tem, amiúde, uma função metonímica e testemunha, de forma eloquente, a coalescência de diversas temporalidades (Benoit, 1996, p. 47).

Mesmo com a escassez de formas investigativas destinadas à análise do gênero epistolar, é possível identificar a presença crescente, em nível epistemológico, de uma busca por um novo modo de ver a carta, no que é relativo ao seu lugar na literatura. Janet Altman, por exemplo, em 1982, em sua obra *Epistolary, Approaches to a Form*, já procurava contemplar e conjecturar uma nova definição teórica para esse estudo, a qual conceitua como “epistolaridade” (“*epistolarity*”). A obra da autora não aborda profundamente a problemática, preferindo uma definição limitadora acerca da abrangência estrutural e semântica de um conjunto epistolar, em nível de possibilidades, como compêndio que pode ser classificado como categoricamente “literário”, o qual define apenas como “romance epistolar”. Ainda assim, é válido destacar que Altman chama atenção para a necessidade de que sejam criadas novas alternativas para o estudo da carta como tipologia textual e literária, no âmbito de suas composições e intenções.

A inclusão do gênero epistolar no seio da literatura é tema constante de reflexões da

especialista em análises sobre escrita concernente à interlocução por meio de missivas Walnice Nogueira Galvão. Em uma publicação contida na revista *Teresa*, conduzida por outra referência em estudos acerca do gênero, Marcos Moraes, a teórica elucida, a partir do texto *Linguística e Poética*, de Roman Jakobson, que “desfrutamos, de alguma forma, da licença para trabalhar com a carta nos estudos Literários” (Galvão, 2008, p. 23). Questionada sobre a representação da carta como “material auxiliar”, em circunstância alguma vista como “texto literário”, e sua associação à ausência de um instrumento interpretativo voltado especificamente a esse estudo, Galvão responde: “Marcos, é gente como você que está criando o instrumental” (Galvão, 2008, p. 24).

Ainda durante o diálogo transcrito nessa entrevista, Galvão evidencia que a fronteira entre a contemplação da carta como compêndio meramente privado ou, no máximo, exclusivamente documental ou histórico e sua não categorização total como gênero literário está ligada ao fato de que a epístola é dotada de elementos ficcionais, podendo ser, também, uma vertente da metaficção, onde o autor, consciente ou inconscientemente, lança mão de recursos estilísticos para que pensamentos e percepções de cunho intimista, sem uma ilustração mais pontual de sua verossimilhança, sejam mesclados a fatos empíricos. Sobre o contexto dos contornos literários da escrita epistolar atrelados à veracidade empírica ou à subjetividade de seu conteúdo, Galvão conjectura:

Como saber se a pessoa está inventando? Frequentemente, está... Proust inventava à beça nas cartas, queixando-se tanto e de tantas doenças que dá para desconfiar se não seria invenção, uma forma de distanciamento... [...]. Algumas cartas são mais documentos do que outras. O difícil está em você equilibrar esses dois pratos da balança, entre o que é documento e o que é invenção. Se há invenção, a invenção pode ser criação artística também (Galvão, 2008, p. 26).

Outra marcante característica da carta enquanto gênero textual que a qualifica como literatura é o fato de que sua marcação temporal é altamente relativa. Embora haja elementos que pautem o tempo de uma epístola com predominância cronológica, fator aparentemente regular em grande parte das situações nas quais esse tipo de medida de tempo aparece em um texto epistolar, a carta mostra-se favorecida por uma flutuação temporal devido à sua constituição estrutural norteadas pela subjetividade, o que lhe confere certa liberdade narrativa e interpretativa, enquanto outros gêneros são situados em um contexto de tempo mais amplo ou passam por um processo de envelhecimento mais veloz, estando “sincronizados com o emergir e o repercutir dos acontecimentos” (Marques de Melo, 2003, p. 66).

Na composição textual de *Cartas a Uma Negra*, os aspectos que reforçam a função literária do gênero epistolar são o peso e a força dos fatos narrados e o estilo com que se constrói a escrita, em nível de alcance social e relevância literária, estando ligada ao sentimento que perpassa o simples encontro com o ser e dando abertura à criação de um lugar onde existe um destinatário duplo: o pretense leitor da carta, ou, em âmbito mais amplo, o “leitor desconhecido”. De acordo com Calligaris (1998), mesmo sendo autobiográficas ou intencionalmente íntimas, as epístolas consistem, de modo geral, em

textos destinados à leitura de todos:

O escrito autobiográfico implica uma cultura na qual, por exemplo, o indivíduo (seja qual for sua relevância cultural) situe sua vida ou seu destino acima da comunidade a que ele pertence, na qual ele conceba sua vida não como uma confirmação das regras e dos legados da tradição, mas como uma aventura para ser inventada. Ou ainda uma cultura na qual importe ao indivíduo durar, sobreviver pessoalmente na memória dos outros (Calligaris, 1998, p. 2).

Por essa razão e, também, devido ao aspecto metamórfico e volátil das categorizações denominacionais, conceituações artísticas da escrita, campos de análise e/ou peculiaridades literárias, canônicas ou não, a carta exerce finalidade simultaneamente privada e social, carregando em si nuances estéticas e referenciais. Pode caminhar, em um mesmo texto, do lirismo poético intimista ao pragmatismo sócio-histórico, com variações estilísticas que vão desde a escrita coloquial até aquela de linhagem barroca ou parnasiana. O elemento flutuante e multifacetado, resultante da mescla entre componentes e objetivos diversos, próprios do gênero epistolar e altamente presentes em *Cartas a Uma Negra*, é o que reivindica o justo lugar da epístola, como tipo textual, na literatura.

### **Françoise e Carolina: a conversa nunca concretizada**

Como ponto de inspiração para a escrita de *Cartas a Uma Negra*, pode-se apontar a revista *Paris Match*. Foi por meio da leitura desse periódico no ônibus, durante o trajeto para o trabalho, que a autora antilhana tomou conhecimento da história de Carolina Maria de Jesus, como também de sua mais célebre obra, *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. A identificação dos aspectos mais nevrálgicos do histórico de vida da escritora brasileira com a sua própria ocorreu imediatamente, já que os elementos basais eram os mesmos: mulheres negras, pobres, que habitavam bairros periféricos, além do fato de que ambas tinham o mesmo prenome: “Eu também me chamo Marie, como você...” (Ega, 2021, p. 7).

Para que se compreenda efetivamente a fundamentação do processo de escrita desse conjunto epistolar, é fundamental que se enfatize um importante fator: Françoise Ega nunca leu cabalmente *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, o que não aconteceu por desinteresse pelo conteúdo da obra, sendo esse fato frisado na epístola que abre *Cartas a Uma Negra*, intitulada “Maio de 1962”. A escritora martinicana faz questão de explicitar que, partindo de sua perspectiva, as pessoas que liam a autora brasileira o faziam por questão de mera e única curiosidade. Já ela, justamente por esse motivo, de maneira alguma, o faria: “tudo o que você escreveu, eu conheço” (Ega, 2021, p. 5).

A necessidade de Françoise Ega frisar que não fez a leitura da obra partiu do fato de que ela desenvolveu legítimo interesse não primariamente pelo livro de Carolina Maria de Jesus, quando conheceu sua história por meio da revista que lia regularmente, sendo estimulada principalmente pelo forte apelo dos acontecimentos que compõem o histórico, especialmente no que concerne ao sofrimento e às dores e privações contidos em sua

narrativa, muito similares aos da antilhana. Em termos, Françoise Ega deu-se conta de que ela e Carolina Maria de Jesus eram unidas pela insistência em sobreviver de suas existências, que delineavam quadros altamente representativos de suas histórias, das quais o aspecto mais destacado é o árduo e causticante laboro, ocasionado pela intensa situação de vulnerabilidade econômica e social. Acerca desse grau de identificação originária da alta vulnerabilidade socioeconômica de ambas e dos males dela advindos, Ega destaca: “Sim, Carolina, as misérias dos pobres do mundo inteiro se parecem como irmãs” (Ega, 2021, p. 9).

A estrutura narrativa de *Cartas a Uma Negra* pode ser classificada, conforme Genette (1980), como autodiegética. Isso se dá devido ao foco principal do texto residir no relato feito pela própria autora dos acontecimentos que integram seu cotidiano como trabalhadora doméstica, no qual são ressaltados componentes que são constituintes despóticos das relações patrão-empregada, como a opressão simbólica e real, assim como fatores que, de modo interseccional, fomentam as relações de poder que subalternam e aniquilam a figuração existencial. Um desses elementos é constatável, por exemplo, no tratamento que lhe é reservado por parte das famílias proprietárias das casas onde trabalha, permeado por notória indiferença e recorrente falta de empatia: “Quinze dias se passaram e ninguém me perguntou como eu me chamava nem pediu a minha carteira de identidade, é incrível!” (Ega, 2021, p. 5).

O papel de Françoise Ega, como autora-narradora, a coloca diretamente como pessoa continuamente atingida por vários tipos de violências que têm origem nos artifícios das relações de poder cujo objetivo é manter quem as utiliza na condição de superioridade, velada ou evidente. A gama de ações interligadas que a oprimem cotidianamente decorre de atitudes excludentes que encontram berço nos preconceitos arraigados à sociedade francesa de sua época, no que tange a pessoas com sua constituição identitária: mulher, negra, antilhana ou sul-americana, em situação migratória, diaspórica, procurando parca subsistência no abusivo e quase escravizador trabalho doméstico em Marselha, uma metrópole francesa.

Embora Carolina Maria de Jesus, por conta de sua sofrida história de vida e altiva luta pela sobrevivência, seja a idealizada destinatária de Françoise Ega, as cartas da antilhana nunca chegaram a alcançar sua aspirada interlocutora, não havendo sequer comprovação da concretude de sua intenção em, de fato, enviá-las à brasileira. No campo subjetivo, o diálogo entre ambas ganha contornos de delicadeza e lirismo, especialmente nas metáforas que ilustram as dores constantes e, apesar delas, na insistente esperança da martinicana por uma vida melhor, assim como pela atenção e oportunidade de tornar sua voz audível e transformá-la em literatura, também compartilhada com a autora de *Quarto de Despejo*. Em *Cartas a Uma Negra*, o desenho narrativo das semelhanças entre as vidas das duas escritoras é categórico ao frisar o caráter empático que nasceu do conhecimento e da observação da aglutinação dos componentes opressivos que se fizeram contínuos em suas existências. Mesmo que o diálogo entre as escritoras não tenha sido empiricamente efetuado, haja vista que pode nem ter sido esse o objetivo, a obra, por meio da conversa projetiva, constrói um elo de enunciação com a autora brasileira. Acerca da relação de



comunicação com o outro, Bakhtin (2010) esclarece que o enunciado é efetivamente responsivo, constituindo um engendramento cuja finalidade é preparar o interlocutor para o ato de responder, sem que haja relevância acerca da maneira como isso ocorre ou se, concretamente, pode ocorrer.

Pelo fato de nada se saber sobre a real intenção de Françoise Ega ao enviar suas cartas à Carolina Maria de Jesus, nesse contexto, torna-se possível estabelecer uma correspondência entre a posição de destinatária, ocupada por Carolina Maria de Jesus, e o conceito de “leitor modelo”, criado por Umberto Eco (1971), já que não há a obrigatoriedade de que este se torne um leitor real. Por não ser uma categorização de perfil hermético, dotada de simetria e inalterabilidade, referente à resposta requerida por uma enunciação ou mesmo à necessidade de que esta seja concretizada, no que é relativo à probabilidade de que o emissor/escritor atinja seu receptor e pretendido interlocutor, em nível de leitura e interpretação da enunciação contida em uma obra, Eco afirma:

Não se sabe exatamente de que maneira a obra poderá ser levada a termo, mas sabe que a obra levada a termo será, sempre e apesar de tudo, a sua obra, não outra, e que ao terminar o diálogo interpretativo ter-se-á concretizado uma forma que é a forma, ainda que organizada por outra de um modo que não podia prever completamente: pois ele, substancialmente, havia proposto algumas possibilidades já racionalmente organizadas, orientadas e dotadas de exigências orgânicas de desenvolvimento (Eco, 1971, p. 62).

Desse modo, particularmente pelo fato de o diálogo entre as autoras pertencer na esfera da idealização, onde enunciações e respostas encontram-se no campo da projeção empiricamente não atingida, a definição de Iser (1979) acerca do “leitor implícito” mostra-se oportuna à compreensão do elo literário e subjetivo entre *Quarto de Despejo* e *Cartas a Uma Negra*, como também entre suas autoras. Segundo o autor, o leitor implícito:

Encarna todas as predisposições necessárias para que a obra literária exerça seu efeito – predisposições fornecidas, não por uma realidade empírica exterior, mas pelo próprio texto. Consequentemente, as raízes do leitor implícito como conceito são implantadas firmemente na estrutura do texto; trata-se de uma construção e não é um absoluto identificável com nenhum leitor real (Iser, 1979, p. 36).

Ainda que tivesse consciência do não recebimento de algum tipo de resposta de Carolina Maria de Jesus, já que nem mesmo deixa claro o objetivo de enviar ou não suas epístolas à autora brasileira, Françoise Ega redige suas missivas de modo contínuo, contemplativo e existencialista. Em certos trechos de *Quarto de Despejo*, é possível identificar possibilidades da efetivação de uma conversa entre as autoras. A escritora brasileira evidencia uma perspectiva de que, futuramente, a autora caribenha estenderia em sua escrita, narrando a complexidade de sua vivência como mulher, negra, em difícil situação social e econômica, fatores esses que configuram uma situação na qual ela é tornada periférica.

No diário intitulado “02 de maio de 1958”, Carolina Maria de Jesus nega qualquer indiferença à opressão que lhe é imposta por sua vida, não sendo apática ao sofrimento pela

dignidade que é constantemente negada a ela, como também pela miséria e pela fome diária. O embotamento de sua autoestima, provocado pela dureza de seu cotidiano, fica claro na seguinte passagem: “[...] Há tempos que eu pretendia fazer o meu diário. Mas eu pensava que não tinha valor achei que era perder tempo” (Jesus, 2014, p. 28). Como uma espécie de diálogo futuro com Françoise Ega, que também relatava o descrédito em si por conta do peso da realidade e do pouco ou nenhum estímulo dos que lhe circundavam, a brasileira revela uma mudança de percepção sobre si a partir do momento em que começou a escrever.

A tácita interlocução de Françoise Ega com Carolina Maria de Jesus acerca da forma como se enxergava, do pouco incentivo de quem lhe cercava e da insistência em não desistir de seu objetivo aparece na carta intitulada “20 de maio de 1962”: “Timidamente, eu disse para quem estava ao meu redor: ‘estou escrevendo um livro’. Riram de mim [...] Comecei então a escrever às escondidas” (Ega, 2021, p. 8). Nessa conjectura, a autora relata a importância da escritora brasileira como fonte motivacional: “Se você não tivesse se tornado minha inspiração, eu já teria atirado tudo para o alto, dizendo: De que adianta escrever?” (Ega, 2021, p. 8).

Ainda no âmbito comparativo entre as vidas das narradoras, entre os componentes narrativos que permitiram a identificação de fatores confluentes nas obras de Carolina Maria de Jesus e de Françoise Ega, o fator mais evidente reside na recorrência das tristezas, humilhações e dores que se originam da marginalização de seus contextos sociais. Os quadros político e econômico de ambos os países também se fazem presentes nas duas obras, onde é claramente possível constatar como os regimes econômicos pautados no capitalismo, segundo Quijano (2000), afetam prejudicial e pesadamente as mulheres negras e pobres, sendo esse mais um dos aspectos interseccionais que estruturam a amálgama que tem, como finalidade basal, apagar a figuração social delas, na qual o modo desumano de subsistência e a exclusão geram a intencional invisibilidade de suas existências e o silenciamento de seus discursos.

Por estar totalmente ciente das disparidades entre o seu cotidiano e o de Carolina Maria de Jesus, assim como o de várias de suas conterrâneas em situações mais degradantes que a sua, possuindo também um nível mais alto de instrução formal e de letramento que sua destinatária, Françoise Ega dedicou grande parte de sua vida ao ativismo em prol de causas humanitárias, amparando de várias formas mulheres e homens caribenhos e sul-americanos em situação migratória na França, em busca de modos mais dignos de subsistência, que enfrentavam cruéis condições de exploração, marginalização e privação de seus direitos trabalhistas e sociais. Segundo a autora, dirigindo-se à Carolina Maria de Jesus, ela possuía um lar para onde podia regressar: “Carolina, sou uma privilegiada, quando deixar a patroa e seus panos de pó, tenho um abrigo, uma família à minha espera e mais trabalho do que se possa imaginar” (Ega, 2021, p. 40).

No que tange à obra de Françoise Ega, enquanto viva, lançou apenas uma: *Le Temps des Madras: Récit De La Martinique* (1989 [1966]), que consiste em um conjunto memorial de 18 capítulos cujo principal tema é sua infância em seu país de origem, a Martinica. No

âmbito póstumo, foram publicados os seguintes livros: *Cartas a Uma Negra* (1978), cujo lançamento ocorreu depois do falecimento de Carolina Maria de Jesus, traduzido no Brasil em 2021, e *L'Alizé Ne Souflait Plus (Antan Robè)*, lançado em 2000, que trata do período de serviço militar de homens e mulheres antilhanos durante a Segunda Guerra Mundial.

### Trabalho doméstico, relações de poder e interseccionalidade

No que concerne aos processos de estruturação do trabalho como instrumento de controle por meio da divisão social, como também de dominação de classes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cenário largamente representado em *Cartas a Uma Negra*, o trabalho doméstico tem suas estruturas funcionais sedimentadas na classificação de gênero, o que favorece e fomenta a divisão sexual do trabalho, através da qual todo o encargo das tarefas domésticas e de sua manutenção são impostos à mulher. Essa categorização sexista carrega uma natureza ambígua, agindo com base em dois princípios, como afirmam Hirata e Kergoat:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

Como instrumento de opressão e rebaixamento da figuração psicossocial da mulher (especificamente no que é referente ao apagamento da mulher negra, em nível de marginalização de seus direitos), a divisão de gênero atua como componente de enorme preponderância para a continuidade da subalternação feminina na constituição da estrutura patriarcal na condição de aparelho ideológico do Estado<sup>5</sup>, em que o conceito figurativo de gênero contorna fortemente a divisão do trabalho como mecanismo de inferiorização do feminino como representação igualmente importante ao masculino, no escalonamento social de representações.

No que remete à delimitação de papéis e atribuições femininas no campo social com finalidade minimizadora de sua relevância ou mesmo negação de sua presença e voz, Lauretis (1994) destaca a urgência acerca da necessidade de examinar, epistemologicamente, a definição de gênero na construção das tecnologias que fomentam as relações de poder como fruto de mecanismos diversos, tais como linguagem e imaginário, assim como do aprimoramento de várias articulações políticas e ideológicas, atuantes incisivamente na produção imagética nos corpos. Nesse sentido, o gênero é produto massivo

---

<sup>5</sup> Alusão à obra *Aparelhos Ideológicos do Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos do Estado*, de Louis Althusser, publicada no Brasil em 1985 (originalmente, em 1970), que aborda a formação de processos de opressão e dominação de classes que promove as desigualdades sociais, juntamente com a conveniência do aspecto volátil da ideologia para o *Status Quo*.

de uma enorme gama de práticas sexuais, discursivas e retóricas, com berço nas instituições religiosas, legais, artísticas e científicas, como medicina, mídia, família e crenças religiosas, e em práticas pedagógicas, manifestações da cultura popular e dos princípios educacionais, evocando áreas como psicologia, arte, literatura, economia e quantitativo demográfico. Na distribuição hierárquica dos indivíduos em uma sociedade com sólida base no patriarcado, o gênero torna-se um componente que afeta desigualmente a todos, impondo à mulher uma peculiar, castradora e “própria representação de gênero e, assim, se torna real para ela, embora seja, de fato, imaginária” (Lauretis, 1994, p. 220).

Nesse contexto, a fabricação conceitual de representações identitárias que servem ao *Status Quo* em nível de manutenção de processos discriminatórios e intimidadores e que dão continuidade a estratégias de dominação pautadas em questões pertinentes ao uso de classe, raça e gênero, assim como qualquer instrumento ideológico, não passa de uma construção categórica que convém a quem oprime e subjuga os que, de alguma forma, representam perigo à divisão estrutural que padroniza, desfavorece e exclui grande parte dos integrantes da sociedade. Nesse âmbito, a verdade ou a sua elaboração representativa na organização social, no que se refere às tecnologias ligadas às características constituintes das relações de poder, é, para Foucault:

deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 1979, p. 12).

Na conjuntura referente à cristalização da figuração das mulheres negras como mera mão de obra destinada aos serviços da casa, em diversos graus de dificuldade e ausência de direitos trabalhistas, sujeita a condições hediondas de desumanização, o trabalho doméstico configura-se não só como fruto de uma divisão sexual, mas também como um claro espólio de cunho colonial, escravocrata, que requer uma análise específica desse cenário devido aos fatores interseccionais que o compõem. As amas de leite e mucamas de um passado não tão longínquo ainda hoje são domésticas, faxineiras, cozinheiras, lavadeiras e babás. Em seu estudo histórico sobre a solidez estrutural da construção da representação das mulheres negras enquanto sujeitos sociais, Pereira (2011) faz clara vinculação da mulher negra com a “Casa Grande”, seja na organização do funcionamento do âmbito mais íntimo de socialização, como o cuidado da casa e das crianças, ou até mesmo na exploração sexual pelos chefes da grande casa patriarcal.

Quanto à presença histórica da mulher negra como subjugada à condição de “mola motriz” do trabalho doméstico, como também alvo de hediondos modos de exploração e práticas abusivas, físicas e simbólicas e de violação sexual, frutos da representação objetificada e hipersexualizada do corpo feminino negro, convém lembrar que a questão já

foi também tratada em *Casa Grande & Senzala* (2000), obra de Gilberto Freyre deveras ovacionada na esfera acadêmica sociológica e literária. Contudo, é fundamental enfatizar que o escritor, devido à visão um tanto romantizada, até idílica, das relações escravocratas brasileiras, não se mostra adequado, como parâmetro referencial, à análise das ações abusivas que vitimavam mulheres negras escravizadas no Brasil colonial, oriundas de bases unicamente patriarcais. Falta-lhe aprofundamento sistemático, no estudo da vida, da habitação e de aspectos relacionais dos moradores de uma fazenda, dando preferência a um tipo de ilustração “arcádica”, sem alicerces epistemológicos.

O autor até retrata a construção basal da sociedade brasileira contemporânea, contrastando com as relações de exploração e desumanização entre os senhores de engenho e pessoas escravizadas. Entretanto, sua descrição delas é dotada de um delineamento fortemente colonialista, em que não são expressos os abusos sexuais, psicológicos e físicos (particularmente os sofridos pelas mulheres). Marcada pela superficialidade, sua descrição necessita da pontualidade de uma análise sócio-histórica, antropológica e psicológica da vida de pessoas que foram vitimadas pelo tráfico humano e escravização. Gama (2018), em uma dianteira certamente não planejada a Freyre, postulava: “Há quem louve, com entusiasmo, a extrema bondade de alguns senhores, e por isso, a felicidade invejável dos seus escravos; para mim os bons senhores são como os túmulos de mármore; e a escravidão é como o rato, que semeia ruínas em sua passagem” (Gama, 1866 *apud* Pinto, 2018, p. 103).

Freyre, ao descrever o caráter perverso que dava suporte à violência sexual que alvejava mulheres escravizadas, o suavizou, dando nuances coloniais ao cunhar a expressão “intercurso sexual”, amortizando a barbaridade pelo uso da força, as torturas diversas e a apropriação do corpo feminino negro e classificando a violação feminina como um fetiche, um contato consensual descrito como “somasoquista”, idealizando um suposto prazer no abuso, legitimado por uma solícita submissão. Tal conjectura pode ser observada no trecho a seguir:

Uma espécie de sadismo do branco e de masoquismo da índia ou da negra terá predominado nas relações sexuais como nas sociais do europeu com as mulheres das raças submetidas ao seu domínio. O furor femeeiro do português se terá exercido sobre vítimas nem sempre confraternizantes no gozo; ainda que se saiba de casos de pura confraternização do sadismo do conquistador branco com o masoquismo da mulher indígena ou da negra (Freyre, 2000, p. 56).

O livro ainda apresenta, em muitas outras passagens, divagações do autor onde o suavizado “intercurso sexual” naturaliza semanticamente o estupro da mulher escravizada e/ou originária. Segundo ele, o colonizador mistura-se “gostosamente” com “mulheres de cor”. A continuidade da violência sexual, conforme a visão freyriana, é o ponto de partida da miscigenação brasileira, em que o homem branco é isento de qualquer culpa e a mulher negra ou indígena é responsabilizada por sua triste sina. Desse modo, o pensamento de Freyre sobre a construção imagética da escravização, principalmente a da mulher negra por ela vitimada, tratada como um motor braçal de causticantes atividades domésticas e

objetificada por violências múltiplas, não reflete, nem em uma esfera rasa, o sofrimento e as dores de quem vivenciou a barbárie de ser escravizada.

A naturalização do pensamento colonial e escravagista, na literatura ou na sociedade, contribui fortemente, ainda em tempos contemporâneos, para a divisão do trabalho por gênero e raça, relegando a mulher aos aspectos mais pesados e contínuos do serviço doméstico e dando continuidade a vestígios da escravização, bem como à normalização destes por meio de posturas e instrumentos de poder que, interligados, degradam e limitam as mulheres negras que trabalham como empregadas residenciais, posicionando-as como subjugadas e inferiores. De acordo com Davis (2016), a perpetuação dessa constituição social, que tem como suporte a classificação patriarcal e racista de poder, cuja herança remete historicamente à colonização e à escravização, foi elementar para a formação política e econômica da sociedade contemporânea, gerando traumas imensuráveis para as mulheres negras que ainda travam batalhas hercúleas por emancipação e respeito. Sobre a questão, a autora destaca:

Em um ensaio ferozmente crítico intitulado “The Servant in the House” [A serviçal na casa], W. E. B. Du Bois argumentou que, enquanto o serviço doméstico fosse a regra para a população negra, a emancipação permaneceria uma abstração conceitual. “O negro”, insistia Du Bois, “não alcançará a liberdade até que esse odioso emblema de escravidão e medievalismo seja reduzido para menos de 100%”. As mudanças estimuladas pela Segunda Guerra Mundial forneciam apenas uma sugestão de progresso. Após oito longas décadas de “emancipação”, os sinais de liberdade eram sombras tão vagas e distantes que era preciso forçar os olhos para vislumbrá-las (Davis, 2016, p. 160).

Em *Cartas a Uma Negra*, Françoise Ega descreve situações em que há a constatação da herança escravocrata, de origem colonial, como um elemento interseccional não apenas nas condições laborais das trabalhadoras domésticas negras, em situação diaspórica, na França, mas também na figuração arquetípica e no tratamento reservado a elas. Vindas de diversas partes da América Central, especialmente do Caribe, essas mulheres eram atraídas pelas promessas de empregos dignos, que gerariam renda destinada ao auxílio de suas famílias, mas encontravam cenários compostos por elementos análogos ao trabalho escravo, como o alegado e crescente endividamento desde sua chegada a Marselha, com início nas despesas do traslado: “Uma patroa pagou a minha viagem! Preciso reembolsar cento e cinquenta francos por mês. Ganho duzentos e vinte. Sobram setenta para o dia-a-dia” (Ega, 2021, p. 11). O trabalho pesado e sem limites caracteriza a exploração desumanizadora dessas mulheres: “Além disso, olha como eu trabalho! Até às dez da noite! Me levanto às seis da manhã, nem tenho tempo de comer!” (Ega, 2021, p. 11).

Por esse fator, além da interseccionalidade como vertente teórica cujo foco de análise são os aspectos convergentes que ocasionam engendramentos de discriminação, opressão e exploração das trabalhadoras domésticas negras, mostrados na obra em estudo, é importante atentar para um detalhe fundamental, sob o qual a observação da própria teoria interseccional, no estudo de *Cartas a Uma Negra*, faz-se necessária: as mulheres representadas na narrativa são amefricanas, imigrantes e diaspóricas, aspectos que

requerem atenção sob a perspectiva do feminismo decolonial. Segundo Vergès (2020), este aporte teórico e analítico evoca a necessidade do aprimoramento de uma reflexão feminista voltada à investigação, compreensão e ênfase das ações ocorridas, ao longo da história, tanto de subalternação quanto de resistência das mulheres nascidas ou habitantes do sul do globo, especificamente as negras, indígenas e lésbicas. Frisa, também, a necessidade de examinar e entender a ancestralidade de mulheres em situação de diáspora, destacando-se, nos estudos dessa vertente, a referida autora com *Um Feminismo Decolonial*.

A execução epistemológica desse pensamento urge pelo fato de não ser possível, devido a essas especificidades, investigar os elementos contidos em *Cartas a Uma Negra* por um modelo teórico meramente eurocêntrico. Por esse viés, o trabalho doméstico exercido por latino-americanas, particularmente as de ascendência africana, no cenário europeu, composto majoritariamente por países economicamente “desenvolvidos”, é dotado de certas peculiaridades econômicas, como o capitalismo, que afetam essas mulheres de maneira muito particular, quanto ao exaustivo e exploratório trabalho doméstico exercido longe do seu continente de origem.

Conforme indicado no livro, a trabalhadora doméstica afro-americana, de origem caribenha, ao adentrar a casa de uma família francesa, desempenha atividades que não são restritas, por exemplo, à limpeza geral da casa, do banheiro ou à arrumação das camas. A mulher trabalhadora executa essas e várias outras tarefas sem limite de desgaste ou hora para terminar, tendo sua humanidade ignorada por conta de sua origem, raça e gênero, ao mesmo tempo que reprime suas sensações e desgostos pela execução de um trabalho pesado e não valorizado. Nesse âmbito, Françoise Ega (2021), após conversa com uma conterrânea, de forma contemplativa, reflete:

Eu as vejo, e é sempre igual, são compradas por um tempo determinado, ou quase isso. As patroas fazem como todas as suas amigas abastadas, têm uma empregada antilhana, mais flexível e mais isolada que a empregada espanhola de outrora. Nessa loteria, há quem tire a sorte grande e vá parar na casa de pessoas cheias de dignidade e humanidade. Há outras, e são a maioria, que se dobram ao jugo. Esta aqui me conta como, sob pena de sanção, é forçada a limpar as roupas íntimas da dona da casa. Outra come de pé. Outra é levada a um chalé na montanha e obrigada a buscar água na fonte, a qual encontra apenas depois de remover a neve com picareta (Ega, 2021, p. 12).

Enquanto recurso de observação, estudo e entendimento acerca dos componentes entrecruzados nas relações sociais de poder que dão origem às tecnologias persecutórias de eliminação social das quais as mulheres negras e pobres são alvos constantes, a interseccionalidade, como aporte teórico, mostra-se de suma relevância por não limitar a investigação à ótica unilateral, apenas ao gênero. Collins e Bilge (2020) reafirmam o caráter essencial dessa corrente de pensamento enquanto instrumento investigativo dos elementos interseccionais, como os descritos em *Cartas a Uma Negra*, haja vista que leva em conta aspectos como raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, etnia e faixa etária, entre diversos outros elementos que, em estado de convergência, modelam-se em um conjunto que resulta em processos discriminatórios complexos e historicamente contínuos.

Contudo, trazendo o estudo da obra de Françoise Ega para a esfera da investigação sobre as tecnologias interseccionais de poder que atingem mulheres afro-americanas diaspóricas, Carla Akotirene (2019) tece uma contundente análise dos moldes feministas eurocêntricos, encontrando suporte no pensamento de feministas negras em diáspora (afro-estadunidenses e afro-latinas), como Angela Davis, bell hooks, Audre Lorde e Gloria Anzaldúa, que se encontra em sintonia com o modo decolonial de pensar sobre a singularidade da questão. Nesse âmbito, Vergès (2020) destaca a importância da Decolonialidade, na esfera feminista, como um instrumento teórico que oportuniza o debate no campo dos contrapontos e afinidades, gerando um diálogo caracterizado pela necessidade de composição por múltiplas vozes. Akotirene, sobre essa discussão, postula:

[...] universalizante e deliberada, a sororidade dá a falsa impressão de existir empatia e homogeneidade de posicionamento terceiro-mundista, africano e estadunidense contra o colonialismo moderno. Por isso, é imprescindível trazeremos a multiplicidade dos pensamentos (Akotirene, 2019, p. 77).

Portanto, observa-se que *Cartas a Uma Negra*, sob o prisma do trabalho doméstico como aparelho de embotamento da humanidade de mulheres negras e diaspóricas, é uma ilustração precisa e pungente da convergência de elementos que, na formação dos processos persecutórios histórica e socialmente permanentes que alvejam a mulher negra, mostram-se interseccionais. Porém, devido ao marcante perfil decolonial das figuras femininas retratadas na obra, a perspectiva da interseccionalidade como instrumento de análise precisa ser contemplada e efetuada levando em consideração as singularidades de sua escrita e as especificidades dos fatos descritos em sua narrativa.

#### **O quarto da empregada também é quarto de despejo**

O aspecto mais evidente em *Cartas a Uma Negra*, além do trabalho doméstico como um retrato preciso dos componentes interseccionais das relações de poder que oprimem e marginalizam mulheres negras antilhanas na França, consiste no fato de Françoise Ega adotar um formato narrativo de cunho autobiográfico, que guarda estreitas semelhanças com *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, sua idealizada destinatária. Ao redigir cartas de perfil fortemente pessoal à autora brasileira, Ega conquista seu lugar na história da literatura amefricana, de escritoras diaspóricas.

A correspondência idealizada entre um diário e um conjunto de epístolas, além da narrativa autodiegética, é também estilística. A pretendida interlocução acentua a identificação projetiva entre as batalhas, dificuldades e sofrimentos que atingiram duas mulheres formidáveis que, cada uma em seu devido contexto e com suas particularidades, sofreram processos exploratórios e excludentes. Por meio de suas escritas, lutaram não só contra os discursos e práticas de silenciamento de suas vozes, mas também contra a aniquilação de sua humanidade e dos direitos a elas concernentes. Suas contribuições são de enorme relevância não apenas para a literatura em si, mas também para as pesquisas,



debates acadêmicos e sociais acerca dos ainda persistentes preconceitos que sedimentam o fato de que ainda é preferível, por grande parte da sociedade, ignorar a força e a riqueza sociocultural da constituição e projeção da figura de cada uma delas.

Como reflexão resultante da utilização da interseccionalidade aplicada ao estudo de *Cartas a uma negra*, especialmente no nível dos muitos pontos em comum entre a história de sua autora e a de Carolina Maria de Jesus, torna-se pertinente a constatação de que, seja catadora favelada em São Paulo seja trabalhadora doméstica em uma metrópole francesa, por conta de um organograma social patriarcal e eurocêntrico, tantas outras iguais a elas continuam relegadas a um lugar de onde não devem ser vistas por quem sequer tolera sua existência. Contemplando esse mosaico sob um olhar metafórico, é providencialmente plausível afirmar que, em nível interseccional, o quarto da empregada é, também, um quarto de despejo.

## Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985 [1970].

ALTMAN, Janet. *Epistolary, Approaches to a Form*. Columbus: Ohio State University Press, 1982.

BAKTHIN, Mikahil. *Os Gêneros do Discurso*. Organização e Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BENOÎT, Melançon. *Diderot Epistolier, Contribution a une poetique de la lettre familiale au XVIIIe siecle*. Quebec: Bibliothèque Nationale du Québec, Éditions Fides, 1996.

BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1990.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos históricos*, v. 21, p. 43-58, 1998.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. "Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". *The University of Chicago Legal Forum*, n. 140, p. 139-167, 1989.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ECO, Umberto. *Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. Tradução de Giovanni Cutolo. São Paulo: Perspectiva, 1971.

- EGA, Françoise. *Cartas a Uma Negra*: narrativa antilhana. Tradução de Vinícius Carneiro e Mathilde Moaty. São Paulo: Todavia, 2021.
- EGA, Françoise. *L'alizé ne soufflait plus*. Paris: Éditions L'Harmattan, 2000.
- EGA, Françoise. *Les temps de Madras*. Paris: Éditions Harmattan, 1989.
- FOUCAULT, Michel. A Escrita de Si. In: MOTTA, Manoel Barros da. (Org.). *Ética, sexualidade, política*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 144-162.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. "A margem da carta". *Teresa*, n. 8-9, p. 14-29, 2008.
- GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Veja, 1980.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- ISER, Wolfgang. A interação do texto com o leitor. In: JAUSS, H. R. et al. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Tradução e Coordenação de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 83-132.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: Diário de Uma Favelada. São Paulo: Ática, 2014.
- LAURETIS, Teresa De. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- LEJEUNE, Phippe. *Pour l'Autobiographie*. Paris: Seuil, 1998.
- MARQUES DE MELO, José. *Jornalismo Opinativo: gêneros jornalísticos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MORAES, Marcos Antonio de. Sobrescrito. *Teresa*, n. 8-9, p. 8-9, 2008.
- PEREIRA, Bergan. *De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós- abolição*. São Paulo: PUC, 2011.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. Luiz Gama, uma vida na roda vida. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora Unicamp, 2018.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad de poder y clasificacion social. *Journal of World Systems Research*, v. 1, n. 2, p. 342-386, 2000.
- VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Recebido em: 26/03/2024.

Aceito em: 29/07/2024.